

a ea
a | ea

ESTUDOS NEOLATINOS

VOLUME 2

SETEMBRO DE 2000

NÚMERO 2

ISSN 1517-106X

contra
CAPA

Programa de Pós-Graduação
em Letras Neolatinas – Faculdade de Letras
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST

Freda Indursky

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), fundado no Brasil em 1984, ocupa um lugar importante no cenário político brasileiro e tem como objetivo lutar pela redistribuição das terras no Brasil. Seu surgimento desencadeou, no Brasil, uma discussão sobre *lugares políticos* já consolidados e dotados de visibilidade no espaço público circunscrito pela cena política nacional. Entre eles, *propriedade rural* e *latifúndio*, que encontram abrigo nos discursos político e jurídico sobre o direito de propriedade à terra, e remetem a sítios demarcados, a territórios possuídos por sujeitos inscritos no espaço público e legitimados como *proprietários rurais*, *latifundiários*, *fazendeiros* e *agricultores*. Assim, esses *lugares* se definem em contraposição a um *não-lugar*, que concerne àqueles que são errantes e não encontram para si um espaço entre aqueles existentes, inscrevendo-se, pois, em sua origem, entre os excluídos da ordem social brasileira, tanto do discurso político quanto do discurso jurídico sobre a propriedade rural.

Ao autodesignar-se *sem-terra*, o MST desencadeou um processo de designação que constrói discursivamente, mesmo que de modo negativo, um novo lugar político e um novo sujeito discursivo no espaço público brasileiro, os quais passam a fazer referência a um determinado segmento dos excluídos do cenário político e a enunciar seu discurso a partir desse novo lugar enunciativo. Vale dizer: “ao lado dos proprietários rurais, dos latifundiários, dos fazendeiros e dos agricultores, encontram-se agora os sem-terra, que representam um novo sujeito político”.*

A estratégia política traçada pelos *sem-terra* consiste em acampar em terras improdutivas a fim de pressionar o governo a assentá-los, ou seja, de conquistar seu acesso à terra. Mas quem são, na prática, os *sem-terra*? Segundo o MST, eles são: 1) assalariados rurais que, mais do que benefícios trabalhistas, desejam terras próprias para cultivar e delas obter seu sustento; 2) pessoas que vivem de atividades agrícolas em terra de terceiros e pagam a esses pelo uso da terra com uma parcela de

* (Indursky, F. “De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/ sobre o MST”. In: Indursky, F. & Leandro Ferreira, M.C. (orgs). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999:174).

sua produção. São conhecidos como parceiros, meeiros, arrendatários etc; 3) bóias-frias (contratados por tarefas); 4) proprietários rurais com área de até cinco hectares; 5) filhos de proprietários rurais cuja propriedade tenha até trinta hectares, extensão que não é considerada adequada para ser dividida com seus filhos.

Como se vê, os *sem-terra* constituem um segmento de excluídos bastante heterogêneo e disperso, e, para tomar a palavra, têm necessidade de, em primeiro lugar, constituir-se como sujeitos de seu discurso e, em segundo lugar, não menos importante, obter vias de acesso à imprensa. Pode-se ir além e afirmar que o MST representa uma ruptura nos modos estabelecidos de enunciar, fazendo surgir um novo sujeito discursivo, que, por estar fora das “redes dominantes de legitimidade”^{*}, está excluído das redes dominantes de discursividade. O sujeito *sem-terra* não tem acesso direto aos meios de comunicação e assim, para se fazer ouvir, precisa criar fatos, virar notícia, de preferência diariamente. Vale dizer, dificilmente temos acesso direto e “natural” ao discurso *do* MST e *dos sem-terra*; encontramos em seu lugar um discurso *sobre* eles.

Segundo Mariani, “os discursos *sobre* são discursos intermediários, pois, ao falarem sobre um discurso, situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja ele”^{*}. De acordo com sua argumentação, o discurso jornalístico funciona dessa maneira, como procurarei exemplificar em seguida a partir do exame do discurso *do/sobre* o MST através de recortes discursivos retirados da *Folha de São Paulo* (F.S.P.).

Como se pode observar na seqüência discursiva de referência¹ adiante, não se dá voz ao MST para suas declarações; a matéria é uma narrativa jornalística que retoma, com mais ou menos fidelidade, o discurso do MST.

1. O MST acusa a polícia, com base em depoimento de sem-terra envolvidos no confronto, de ter matado Pereira depois de ele já estar algemado.*

* (Guilhaumou, J. & Malidier, D. “Da enunciação ao acontecimento em Análise do Discurso”. Em: Guimarães, E. (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989:66).

* (Mariani, B. S. C. “O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB”. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1996:64).

* (F.S.P. 22 de abril de 1996: 1-7).

¹ Segundo Courtine, a *seqüência discursiva de referência* (sdr) representa um fato discursivo ocorrido no discurso em análise, ou seja, faz parte do *corpus* discursivo e nele é mobilizada de forma metodológica como representação de uma série de outras seqüências similares (Em: *Materialités discursives*. Colloque tenu à l’Université de Paris X. Presses Universitaires Septentrion, 1981:43).

Trata-se de um relato produzido por um locutor que não está inscrito no discurso do MST, isto é, não são ouvidos os depoimentos dos *sem-terra*, nem as declarações do MST. É a imprensa que narra os acontecimentos. Assim procedendo, ela se auto-institui como *intermediário*, segundo Mariani, ou como *mediador*², conforme nossa concepção. O trabalho discursivo de *mediador* se constrói, de um lado, entre os *sem-terra* e a sociedade como um todo, e, do outro, entre os *sem-terra* e o governo. Ou seja, é antes a imprensa que fala e não o MST, o qual, na verdade, é falado pela imprensa; e, ao falar, como veremos, a imprensa o faz de seu próprio lugar e não do lugar dos sujeitos *sem-terra*, dando margem a interpretações, distorções e omissões.

Constata-se, entretanto, que por vezes o discurso da imprensa, no afã de se representar como um *mediador* imparcial, abre espaço, variável segundo as circunstâncias, para as vozes dos *sem-terra*. Quando isso ocorre, os relatos são assumidos por um locutor do MST ou mostram vozes que não falam em nome da coletividade, apenas narram alguma experiência pessoal, tal como se pode constatar nos recortes que se seguem:

2. Ângelo Guez tem três filhos adultos acampados há um ano [...] “Tomara que eles consigam terra, porque viver rolando por aí não é fácil”, disse a mãe.*

*(F.S.P. 3 de dezembro de 1995:1-13).

3. Barichelo, desde 1984 na Macali, aprova a forma coletiva de trabalho. “Temos um trator que, sozinho, não teria como comprar”.*

*(Idem).

4. “Vi quando arrastaram o Oziel para fora e levaram para a rodovia. Eles batiam nele, chamavam ele de vagabundo e diziam para ele gritar ‘viva o movimento sem terra’. Depois, deram um tiro na cabeça dele”, relatou Francisca da Costa Ribeiro, sobrevivente do massacre de Eldorado de Carajás.*

*(F.S.P. 20 de abril de 1996: 1-8).

² Em trabalho anterior, a função enunciativa de *mediador* foi entendida como um discurso usurpado que enunciava anseios atribuídos ao povo brasileiro, sem que esse o tivesse efetivamente formulado. Aqui, a função enunciativa do *mediador* não usurpa a palavra dos *sem-terra*, mas se constitui no intermediário entre os *sem-terra* e a sociedade. Nesse sentido, ela é absolutamente necessária ao MST para dar visibilidade a ele e às suas demandas. Todavia, ao assumir o lugar de enunciação, o *mediador*, tanto no discurso jornalístico como no discurso militar, pode não só distorcer os fatos que narra, como também construir fatos que não correspondem ao efetivamente ocorrido (cf. Indursky, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Unicamp, 1997).

Como é possível perceber, a partir dessas seqüências discursivas de referência, quando um *sem-terra* tem acesso à palavra, não a toma em nome da coletividade, dos *sem-terra*, do MST, em suma, em nome da proposta social desse movimento. Ele a toma para expressar sentimentos pessoais, seja sob a forma do desejo de uma mãe (em 2), do ponto de vista de um assentado (em 3) ou do relato de uma tragédia, da denúncia e do testemunho de um assassinato (em 4).

As três seqüências discursivas de referência mobilizam, de forma mais ou menos ampla, o *discurso relatado direto*, marcando-o com o uso das aspas. Nas seqüências 2 e 3, obtém-se o que denomino de *discurso mesclado*, o entrelaçamento da narrativa da imprensa com o discurso relatado direto, atribuído a um *sem-terra*. Já a seqüência 4 está em *discurso direto*, sem mesclas. Contudo, além de mobilizarem o discurso relatado direto de alguns *sem-terra*, as três seqüências discursivas de referência têm em comum o fato de não expressarem o ponto de vista social e as metas do MST, ou seja, os sujeitos que falam não se posicionam como sujeitos políticos. Falam de um ponto de vista particular e não assumem uma posição de sujeito que conduza à identificação com o sujeito histórico da formação discursiva, que indubitavelmente os afeta; seu discurso, conseqüentemente, não se constitui em um enunciado político.

Há, entretanto, um segundo tipo de acesso à palavra no *discurso sobre os sem-terra* produzido pela imprensa: a palavra dada às lideranças do MST. Inicialmente, é importante sublinhar que, nesse movimento que se propõe a uma ação coletiva, não há um líder que se destaque dos demais. A liderança não é única. Assim, pode-se falar de dirigentes, de coordenadores regionais e de coordenadores nacionais, visto que há um colegiado nacional, sem presidente, constituído por 65 membros. No lugar de um líder único, encontramos uma profusão de líderes que, ao tomarem a palavra, não o fazem em seu próprio nome, mas em nome da coletividade, ou seja, o fazem na qualidade de *sujeitos políticos que falam em nome dos sem-terra e do MST*, resultando seu discurso em um *enunciado político*.

Um sujeito político dotado de tais características exerce a *função enunciativa de porta-voz*, como se pode constatar nas seqüências discursivas de referência a seguir:

5. A política de "ocupações", segundo José Rainha Jr., líder do MST no Pontal do Paranapanema, não é planejada perante o

dilema “terras públicas *versus* terras privadas”. O que orienta essa política, segundo ele, é outra discussão: áreas improdutivas devem ser ocupadas enquanto houver pelo menos uma família sem ter onde plantar.*

* (F.S.P. 29 de outubro de 1995:1-8. Matéria de Xico Sá).

6. João Pedro Stedille, porta-voz do MST, afirmou que o MST “continuará a organizar os trabalhadores rurais para ocupar as terras improdutivas” porque “este é o seu papel”.*

* (F.S.P. 24 de outubro de 1995:1-8. Matéria de Ana Maria Mandin).

Nessas duas seqüências discursivas, o *discurso relatado indireto* é mesclado à *narrativa jornalística*, tornando relativamente claros os propósitos do MST. Mas nem sempre é assim. Frequentemente, o discurso do *porta-voz* é relatado em discurso indireto, como nesta seqüência:

7. Uma das dirigentes do MST, Fátima Ribeiro, disse ontem que mais de 13 mil famílias de sem-terra podem ocupar até o final do ano áreas supostamente improdutivas do país, independentemente do resultado das negociações que vão ser mantidas nessa semana com o governo federal.*

* (F.S.P. 25 de julho de 1995. Matéria de Abnor Gondim).

Quando o discurso do *porta-voz* é relatado em *discurso indireto**, as possibilidades de distorção são muito maiores. É o que ocorre nessa seqüência, pois certamente uma liderança do MST não diz que as áreas a serem ocupadas são “supostamente improdutivas”. O MST fala de terras improdutivas. A adjunção de “supostamente” é feita pelo articulista, dando margem a dúvidas sobre a improdutividade das terras a serem ocupadas e revelando sua posição-sujeito, que não coincide com a do sujeito *sem-terra*. Seu trabalho discursivo como *mediador* é diferente do discurso do *porta-voz*. Com freqüência, os discursos do MST e da imprensa se mesclam, tal como pode ser visto em “supostamente improdutivas”. Dessa forma, também quando o discurso de um *porta-voz* do MST é relatado pela imprensa em discurso indireto, corre-se o risco de supressões, acréscimos e/ou distorções importantes no que tange à fidelidade a seu discurso.*

* (Authier, J. “Les formes du discours rapporté; remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés”, *DRLAV*, n. 17, sept.1970: 1-87).

Ao lado do *discurso mesclado* e do *discurso relatado indireto*, registra-se uma terceira forma de inserção do discurso do *porta-voz* no discurso da imprensa sobre o MST: sua inserção em discurso direto.

* (Cf. Indursky, “De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/ sobre o MST”. Op.cit:173-86).

8. “Há 4,8 milhões de trabalhadores sem-terra no país, há 32 milhões de pessoas que passam fome e somente 60 milhões dos 400 milhões de hectares das terras agricultáveis são cultivados. Se o governo não resolve isso, vamos continuar fazendo ocupações”, disse Jaime Amorim, dirigente do MST.*

* (F.S.P. 27 de abril de 1995. Matéria de Abnor Gondim).

Embora saibamos que o discurso relatado direto, marcado pela presença das aspas, é um modo de manter o discurso do outro à distância, de não querer se comprometer com ele*, acreditamos que esse, apesar dos riscos de distorção, ainda é o tipo de discurso que mais visibilidade dá ao discurso dos porta-vozes do MST, assim como aos propósitos dos *sem-terra*. Além disso, ele também permite alguma forma de interlocução tanto com a opinião pública quanto com os dirigentes governamentais, como se pode depreender da seguinte seqüência discursiva de referência:

9. "Historicamente já foi dada uma trégua grandíssima, de quase 500 anos. Quem tem de dar trégua para nós é o Estado, que ainda não fez a reforma agrária. As ocupações são um dos únicos meios de demonstrar que existem terras improdutivas, passíveis de desapropriação, e de dizer ao governo que a situação no meio rural é insustentável, a miséria é generalizada", declarou Gilmar Mauro, integrante da coordenação nacional do MST.*

Nessa seqüência, a palavra do *porta-voz* se expõe à opinião pública, bem como ao poder governamental, que ele afronta, falando em nome dos *sem-terra*, a quem legitimamente representa, e do MST, de que é, naquele momento, o *porta-voz*.³

Já vimos que os *sem-terra* não têm voz diretamente mas que, através do discurso do *porta-voz*, adquirem voz, política e pública, expressa através da imprensa, ou seja, por meio dessa, falam com a sociedade e com o governo; e também que a função enunciativa do *porta-voz* no discurso da imprensa sobre o MST é a de se tornar o intermediário entre as demandas sociais dos *sem-terra* e a opinião pública, por um lado, e essas mesmas demandas e o Estado, pelo outro. É nessa segunda posição que o *porta-voz* assume a dimensão de negociador legítimo do MST. É como membro do MST, a partir do lugar de onde fala, em nome de quem fala e para quem fala, que ele se institui como *mediador*. Como afirma Conein, essa é a dupla visibilidade que o *porta-voz* assume:

³ Segundo Pêcheux, o *porta-voz* assume uma "dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro de um 'nós' em formação [...]". (Pêcheux, M. "Delimitações, inversões, deslocamentos", *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 19, IEL / Unicamp: 7-24).

* (F.S.P. 4 de outubro de 1995:1-10. Matéria de Ana Maria Mandim).

o fato de que é uma solicitação o que é transmitido e de que esta deve ser enunciada publicamente e feita em nome de um grupo caracterizam a posição do porta-voz como procedimento de falar 'em nome de' em um enunciado político.*

* (Conein, B. *Décrire un événement politique. Matérialités discursives*. Paris: PUF, 1981:59).

Em meu entender, o *porta-voz* fala em nome do MST, como entidade, e, ao mesmo tempo, em nome dos *sem-terra*, como grupo. Ao falar, mais do que transmitir uma solicitação, ele *faz* declarações, *tece* análises, *elabora* críticas, *trabalha* com dados e *formula* exigências. Por conseguinte, sua palavra de *porta-voz* assume a dimensão de uma ação coletiva; ao dizer "nós", o *porta-voz* dá voz e visibilidade aos *sem-terra*, ao MST e aos seus objetivos e pretensões. Essa é, portanto, a melhor forma de representação desse sujeito político: enunciar "nós"⁴ de forma inclusiva, elegendo a si e a seus representados, *os sem-terra*, como o que constitui a referência a esse "nós". Claro está que *porta-voz* e *sem-terra* não falam do lugar de sujeito político, como referentes desse "nós". Somente através da função enunciativa do sujeito político, quando este enuncia a partir desse lugar que designo como sendo o do *porta-voz*, é que o *sem-terra* pode sentir-se nomeado por meio desse "nós". Vale dizer, é a partir dessa função enunciativa que os *sem-terra* recebem voz e falam com legitimidade. É através da voz do *porta-voz* que os *sem-terra*, desprovidos de voz, saem do lugar de excluídos, deixam de ser falados pela imprensa e assumem o "lugar social" que lhes compete no "cenário discursivo brasileiro", estabelecendo uma "interlocução discursiva" com os demais sujeitos políticos envolvidos na questão agrária brasileira*, ou seja, é essa a dimensão social da função enunciativa do sujeito político como *porta-voz* do MST no discurso da imprensa.

* (Cf. essas noções em Indursky, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Op. cit.:136).

Na opinião de Conein, "a formulação de uma solicitação pública aparece como um procedimento utilizado para atribuir existência política a um acontecimento. O que tende a confirmar essa hipótese é a presença de formulações sobre o acontecimento antes mesmo do surgimento do próprio acontecimento: de certa forma, um acontecimento político é previamente anunciado"⁵. Isso ocorre em várias manifestações discursivas do

* (Conein, B. *Décrire un événement politique. Matérialités Discursives*. Op.cit.:62).

⁴ Em trabalhos anteriores, examinei essa potencialidade do "nós" de constituir-se como o sujeito político por excelência. Ver, por exemplo, Indursky, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Op. cit.

porta-voz do MST na imprensa, tal como se pode constatar em todas as seqüências discursivas anteriores e nesta que se segue:

* (F.S.P. 17 de outubro de 1997:1-11. Matéria de George Alonso).

9. “Vamos intensificar as ocupações. É assim que vamos ajudar o governo a assentar as 40 mil famílias até o fim do ano”, afirmou Rainha, líder do MST.*

Nessa última seqüência, concentram-se todas as características da tomada da palavra por parte do *porta-voz* no discurso da imprensa: ele fala pública e coletivamente e, ao formular sua declaração utilizando o “nós”, fala em nome dos *sem-terra* e de seu lugar social enunciativo, o MST, lugar em que se constitui como sujeito de seu discurso, falando, enfim, em seu próprio nome e em nome da formação discursiva em que se inscreve. Ele então se assume como *sujeito político*. Acrescenta-se a isso que esse *sujeito político*, na qualidade de *porta-voz* do MST, fala para a imprensa e, por seu intermédio, dirige-se ao governo, interpela os proprietários de terras, mobiliza a opinião pública. Seu enunciado é político porque fala do lugar de um sujeito político que se dirige ao Estado e porque, ao fazê-lo, realiza uma antecipação das ações políticas e coletivas a serem adotadas pelo MST. É esta a dimensão política do acontecimento que sua palavra desencadeia: poder antecipar a ação coletiva e dar-lhe credibilidade, visibilidade e legitimidade.

Como é possível perceber, há grande diferença entre o estatuto jurídico do *sujeito político* que, de direito, institui-se como *porta-voz* do grupo que representa e ao qual pertence e o *locutor* que assume a palavra para falar de seus problemas e anseios familiares. É esse estatuto jurídico que distingue o *sujeito político sem-terra* do *locutor sem-terra* e ao mesmo tempo torna possível o surgimento do *porta-voz* como representante legítimo do MST. Ambos — *locutor* e *porta-voz* — pertencem ao MST e são afetados pela mesma formação discursiva; enquanto o primeiro fala de sua perspectiva individual, de seus anseios e dramas, o outro considera as perspectivas sociais, o que o faz *sujeito político*. Apenas a partir dessa segunda posição, torna-se possível instituir-se como *porta-voz* e enunciar o discurso do MST, em nome do MST.

Há igualmente grande diferença entre o estatuto jurídico do *sujeito político* que, de direito, institui-se como *porta-voz* do MST e, em seu nome, assume a enunciação do discurso do MST, e o estatuto, igualmente jurídico, do *sujeito do discurso*

jornalístico que assume a palavra para enunciar um discurso sobre o MST⁵. Seu discurso não é o *discurso do MST*. Seu discurso é o *discurso jornalístico* e, ao enunciá-lo, constitui-se em um *mediador* entre o MST e a sociedade, cuja opinião se propõe a formar. Assim procedendo, ele o faz de um outro lugar, institucional, cuja natureza e propriedades são diversas do lugar social que hoje o MST ocupa. Esse lugar não o institui como locutor do MST nem como porta-voz do MST, mas sim como enunciador da imprensa.

Freqüentemente, essas diferentes formas enunciativas se encontram entrelaçadas no discurso jornalístico, mas não se equivalem, nem se confundem. Elas exercem funções enunciativas diversas, são enunciadas de lugares sociais distintos, são sujeitos jurídicos diferentes e constituem-se como sujeitos do discurso por meio de formações discursivas diferentes. A função enunciativa do *sujeito político* como *porta-voz* do MST, mesmo quando constituída pelo discurso jornalístico, produz o *discurso do MST*. Já a função enunciativa do *sujeito do discurso jornalístico*, mesmo quando faz referência ao discurso do MST, não produz esse discurso, pois não tem legitimidade para falar desse lugar. Quando o sujeito do discurso jornalístico faz referência ao discurso do MST ou o relata, o que ele produz é um *discurso sobre o MST*. Dois sujeitos diferentes, duas funções enunciativas diversas, por conseguinte, dois discursos distintos, em que pese a aparente intimidade existente entre eles.

Entretanto é essa convivência entre os dois discursos que torna possível apreender o discurso do *porta-voz* do MST no seio do discurso jornalístico, por meio do discurso do *sujeito jornalístico*. Mais especificamente, esse entrelaçamento de discursos permite observar como um discurso institucional* põe em circulação outros discursos, e, de modo muito particular, o do MST. Digo particular não só porque esse é meu objeto de investigação atual, mas também porque o MST se constitui hoje como o único movimento civil organizado cujo discurso vem romper com a hegemonia do discurso social produzido

* (Cf. Mariani, B. S. C. "O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB". Op. cit.).

⁵ Em outro trabalho, também utilizei as funções enunciativas do porta-voz e do mediador, examinando-as em relação ao discurso presidencial dos militares. Cf. Indursky, F. "Que povo é esse?", *Revista de Estudos da Linguagem*, ano 4, vol. 1, Belo Horizonte, jan-jun de 1995:101-4.

* (Pêcheux, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990:19).

no cenário discursivo brasileiro; ao fazê-lo, ele inaugura uma nova forma de dicção política e institui um novo sujeito político, o que, por si só, constitui um *acontecimento discursivo** que vem movimentar os dizeres cristalizados do discurso fortemente hegemônico que é o discurso social brasileiro.

Freda Indursky

Doutora em Linguística pela Unicamp. Professora titular de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Curso de Estudos da Linguagem do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, orienta dissertações e teses em Análise do Discurso. Autora de *A fala dos quartéis e as outras vozes* (Campinas, Unicamp, 1997) e co-organizadora de *O texto em perspectiva* (*Revista Organon*, n. 23, Instituto de Letras da UFRGS) e de *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso* (Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999). Atual presidente da ANPOLL (2000-2002).

Palavras-chave
discurso de
mediador
porta-voz
sujeito político

Resumo

O trabalho analisa o discurso sobre o MST publicado na imprensa e, através dele, examina o discurso do porta-voz do MST. Mais especificamente, observa e distingue as diferentes funções enunciativas que se desenham no discurso jornalístico, a saber: o locutor do MST, o sujeito político do MST e sua representação como porta-voz e o sujeito do discurso jornalístico e sua construção como mediador.

Abstract

This paper analyzes the discourse about the MST published in the daily press as well as it examines the discourse of the MST spokesman in the media. More specifically, it focuses on and distinguishes between the different enunciative functions presented in the media discourse, that is, the MST speaker, the MST political subject and his representation as spokesman, the subject of the media discourse and its construction as the MST mediator.

Résumé

Ce travail analyse le discours sur le MST publié par la presse et, à travers lui, examine le discours du porte-parole du MST. Autrement dit, l'examen porte sur les différentes fonctions énonciatives qui se dessinent dans le discours journalistique, à savoir, le locuteur du MST, le sujet politique du MST et sa fonction de porte-parole et le sujet du discours journalistique et la construction de sa fonction de médiateur.

Recebido em
10/08/2000

Aprovado em
25/08/2000